

MUNDOS DE MULHERES NO BRASIL: “ESCREVENDO” UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO

Ana Maria Veiga¹

RESUMO: Os encontros de mulheres das mais diversas, sob o guarda-chuva instrumental dos feminismos, realocam teorias e práticas e provocam uma novidade acadêmica que é social e que acontece em primeira pessoa, no *eu* e no *nós*. Ele só pode tomar lugar na criação conjunta e no espaço coletivo, pois, se coalizão passa a ser o termo mais adequado para se chegar à mobilização feminista, isso não se dá sem as perspectivas das sensibilidades, das emoções e da solidariedade, trazidas para o âmbito acadêmico, fazendo transbordar suas margens. Este ensaio trata da realização de um dos maiores eventos transnacionais de aporte feminista, ao mesmo tempo em que situa conceitos que traduzem o entrelaçamento de sujeitos/as que transitam no mínimo entre dois territórios – o acadêmico e o dos ativismos –, estes atravessados por questões específicas de subalternidades e territorialidades não centrais. O evento internacional Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres realizado em Florianópolis em 2017 foi construído como resposta às demandas do tempo presente no Brasil, considerando sua inserção latino-americana, as raízes indígenas, negras e populares; as incursões pela matriz africana, passando por encruzilhadas epistemológicas propostas pelas mulheres negras, o *pretuguês*, o pajubá e outras (in)visibilidades. Por isso a necessidade de virar do avesso esse evento e narrar seus bastidores, defendendo o argumento de que as teorias feministas estão hoje na encruzilhada entre a urgência e a qualidade, buscando desviar daquilo que não seja prática e não se reverta em ação ou fato de transformação social.

Palavras-chave: Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres. Feminismos. Sensibilidade. Política.

1 COMEÇANDO PELO FIM

O que pretendo, neste ensaio, é fazer uma “escrevivência”, nos termos de Conceição Evaristo, de um encontro que entrou para a história dos feminismos contemporâneos ao possibilitar uma coalizão e a construção efetiva do evento entre a academia e diversas modalidades de ativismos que partem da mobilização de mulheres. Para isso, resolvi começar pelo fim, narrando o último dia do 13º Mundos de Mulheres/Fazendo Gênero 11.

O clima de afeto estava em todos os lugares naquela manhã, entre mulheres que (con)viveram, discutiram, gritaram juntas e trocaram experiências e saberes intensamente durante os seis dias

1 Profa. de História da Universidade Federal da Paraíba. Teoria da História, gênero, imagens, sertões.



de evento. A roda matinal das mulheres indígenas abre o dia com a fumaça que limpa e espanta tudo o que há de ruim. Relaxadas e à vontade, elas conversam e sorriem para quem se aproxima. Logo depois chegam as moçambicanas, com seus tecidos coloridos que tanto complementam as peles negras de mulheres ativas, de riso largo e olhos brilhantes. Começam a cantar, logo formam uma roda dentro da qual se revezam no protagonismo de rimas e versos. A língua africana é a que aparece, deixando de lado o português (*pretuguês*, para Lélia Gonzalez) do colonizador. Essas mulheres vieram ao Brasil para buscar o bastão do Congresso Mundos de Mulheres (*Women's Worlds Congress*) e levá-lo para Moçambique em 2020. A alegria deixa à mostra corações leves, que levariam para o outro lado do continente africano, bem além do oceano, um banzo reverso, a saudade de um encontro. Chorei eu, choramos muitas naquele último dia, uma sexta-feira fria do começo de agosto no inverno do Sul do Brasil.

2 SONHAR, PLANEJAR, CONSTRUIR

O Seminário Internacional Fazendo Gênero, ou simplesmente Fazendo Gênero, se consolidou como o maior encontro feminista e de estudos de gênero da América Latina, quem sabe até de outras partes. A edição de 2017, denominada 13º Mundos de Mulheres/Fazendo Gênero 11, teve registro oficial de pouco mais de dez mil pessoas inscritas, sem contar tantas outras envolvidas em uma semana de mobilização intensa na cidade de Florianópolis, uma capital parte ilhada, que mal comporta a si mesma nos dias atuais.

O Instituto de Estudos de Gênero – IEG – da Universidade Federal de Santa Catarina em conjunto com a Universidade Estadual de Santa Catarina reúne diversas professoras que se revezam na organização desse evento, que foi multiplicando seus números com o passar dos anos e de suas edições, tendo se encaminhado cada vez mais em direção aos movimentos sociais, mesmo sem perder alguns rigores de base acadêmica.

Mais do que prazer e satisfação (isso ficou para o final), eu assumi a responsabilidade de estar entre as coordenadoras do FG/MM desde a primeira reunião, tendo acompanhado toda a programação e as reuniões com cada comissão específica. O início foi lá atrás, dois anos antes do evento. Aproveitamos o desafio de assumir o *Women's Worlds Congress* para propormos uma guinada na história do evento, ou um aprofundamento de questões centrais dos feminismos atuais, sem a menor ilusão de que isso seria uma tarefa fácil.

Ao contrário do que muita gente pensava, o Mundos de Mulheres era um evento bem mais acadêmico do que voltado propriamente aos movimentos sociais. Um dos eventos anteriores, que privilegiou e chamou para perto mulheres tanto indígenas como com alguma descapacitação física, foi o que aconteceu no Canadá em 2011². Podemos então dizer que o sonho, que acabou se materializando no Sul do Brasil, foi sonhado por esse grupo de professoras e foi sendo abraçado e construído por uma equipe de organização, distribuída em comissões que reuniram 150 pessoas, composta por integrantes da UFSC e da UDESC.

2 Estas foram as edições do Women's Worlds Congress: 1981 - Universidade de Haifa, Israel; 1984 - Universidade de Groningen, Holanda; 1987 - Universidade de Trinity (Trinity College), Irlanda; 1990 - Hunter College, Estados Unidos; 1993 - Universidade de San José, Costa Rica; 1996 - Universidade de Adelaide, Austrália; 1999 - Universidade de Tromso, Noruega; 2002 - Universidade de Makerere, Uganda; 2005 - Universidade de Ewha, Coreia; 2008 - Universidade Complutense, Espanha; 2011 - Universidades de Carleton e de Ottawa, Canadá; 2014 - Universidade de Hyderabad, Índia; 2017 - Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, sul do Brasil.

Naquela primeira reunião, lembro de ter pensado em voz alta, talvez sem muita noção das palavras, que poderíamos produzir umas faixas de protesto, ocupar espaços nas duas universidades e até nas ruas, como uma mobilização social. As colegas rapidamente começaram a “viajar” em ideias, acrescentando detalhes, e fomos pensando juntas, sonhando juntas, levando as sementes dessas trocas tão ricas para o nosso cotidiano, começando a lidar com a produção inicial do evento. Projetos, roteiros, divisões, contatos, comunicação. Cristina, eu, Miriam, Carmem, Jair; depois Vera, Cláudia, Morgani, Inara; mais adiante Analba, Simone, Márcia, Marlene e tantas outras que foram somando trabalho e afeto.

No encontro com ativismos diversos, e no ritmo próprio que eles começaram a ditar à construção do evento, as coisas começaram a acontecer. A horizontalidade foi se espalhando, tornando todos os movimentos mais lentos (para desespero da secretaria, que teve que se adaptar), ainda que mais colaborativos e inclusivos. A tal passeata começou a passar por reuniões periódicas da comissão de movimentos sociais, tão bem representada pela Vera Gasparetto. Mais do que dividir tarefas, nós fomos nos multiplicando e ocupando espaços. No caso da marcha, tivemos que pensar nas burocracias, na autorização para fechar as ruas, no manifesto explicativo sobre aquilo que ganhou coletivamente o nome Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos, em cada parada e fala, na visibilidade de todos os grupos representados, na estrutura física com tendas, cadeiras, equipamento de som, em como nos protegeríamos coletivamente no caso de algum ataque, na assessoria de imprensa, na cobertura audiovisual³.

Este trecho da carta da Marcha mostra o que era então esperado:

Nós, mulheres negras, quilombolas, indígenas, brancas, camponesas, urbanas, da floresta, cis, trans, lésbicas, bissexuais, gays, pessoas não binárias, mulheres com deficiência, homens, de várias partes do mundo, iremos para a rua! Vamos juntas?

Traga sua bandeira, seus símbolos, suas palavras de ordem! Este é um espaço de construção de luta e reivindicação plural e feminista, um espaço de liberdade! O que queremos?

- Que nossa voz seja ouvida e que nossos corpos diversos sejam reconhecidos e respeitados.

- Demonstrar que estamos mobilizadas e articuladas em todo o planeta, juntas na construção de uma sociedade sem opressão de raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, deficiência, geração, origem geográfica e de religião.

- Coroar a integração de nossas práticas plurais, seja na universidade, na luta com os movimentos sociais ou no nosso cotidiano mais íntimo. Pelo fim da “cultura do estupro”, do feminicídio, do sexismo, da misoginia, do racismo, do capacitismo e da trans/lesbo/homo/bifobia.

- Ter o direito de decidir sobre nosso próprio corpo, o fim da maternidade compulsória e o aborto livre, amplo, irrestrito, seguro e gratuito, como política pública.

3

Sobre a cobertura audiovisual e midiática da Marcha, cf. Snyder; Veiga; Wolff, 2018.

- O reconhecimento do nosso papel social de mães e a divisão igualitária da responsabilidade sobre o cuidado de filhas, filhos e de nossas casas.
- Mostrar que estamos juntas contra a perda de direitos e que iremos resistir, junto com outros setores sociais, a essa onda de reação conservadora que assola o mundo.
- Mostrar que a produção de conhecimento sobre gênero, mulheres, sexualidade e feminismos reflete a necessidade de uma sociedade mais justa para todas e todos, independentemente de orientação sexual, cor da pele, classe social ou identidade de gênero. Estudar gênero é uma maneira de combater os preconceitos e a violência.

Ainda hoje me emociono ao rememorar cada detalhe do dia da Marcha: a concentração no meio da tarde, mulheres preparando suas faixas junto com os primeiros sons do grupo de samba-reggae Cores de Aidê, a noite chegando, levando com ela aquelas mais de dez mil pessoas marchando, protestando, reivindicando direitos juntas. Um sentimento pleno de solidariedade, de identificação e de união envolvia cada uma. Não apenas por sermos mulheres, mas pela consciência de uma força maior que é acionada quando transformamos na prática o conceito de coalisão, sem perder de vista interseccionalidades que afetam diretamente certos grupos de mulheres, como as negras e as indígenas, sem deixar de reconhecer privilégios e especificidades. Mulheres indígenas pela demarcação de terras, representando e lutando por seus povos, de várias partes do Brasil; mulheres agricultoras pedindo melhores condições de trabalho para sua categoria; mulheres negras protagonizando um longo embate por respeito e igualdade social, pela não criminalização de sujeitos e comunidades; mulheres trans e pessoas LGBTQI+ buscando espaços de existência e o direito à vida numa sociedade patriarcal e violenta como é a brasileira; trabalhadoras domésticas exigindo respeito e o fim de relações escravistas de trabalho; prostitutas querendo reconhecimento como profissionais; acadêmicas mostrando que seu ativismo se faz também do lado de fora da universidade. Todas juntando suas vozes e seus corpos no calor das ruas, no inverno de Floripa. Além da cidade, essas mulheres ocuparam todos os espaços do Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres.



Fotografia feita com *drone* no início da Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos.⁴

3 CONQUISTANDO PELAS BORDAS

Volto um pouco na cronologia para lembrar que não foi simples o caminho de conquista dessas mulheres para aquilo que de fato pretendíamos realizar durante o encontro.

Tendo acompanhado mais de perto as comissões de comunicação, dos movimentos sociais e de artes e expressões artísticas, tive a oportunidade de participar de algumas entrevistas, entre elas a de Samantha Ro'otsitsina Juruna, do povo indígena Xavante, do Alto Xingu, representando a Rede de Juventude Indígena (REJUIND). Samantha, indígena e acadêmica, chegou ao evento desconfiada com relação ao feminismo branco e acadêmico que raramente abria espaço para mulheres indígenas, que traziam, agregada ao seu “feminismo” específico, a preocupação com o bem-estar dos seus povos de origem. Ela estava apreensiva com relação ao lugar que o evento destinaria às mulheres indígenas como ela. Não queria ocupar um lugar exótico, tampouco de objeto de estudos e observação. Assim como ela, outras tantas convidadas e participantes estavam ressabiadas, como veremos a seguir.

Três dias depois dessa conversa com Samantha (naquele momento eu a levava do aeroporto à universidade), seu discurso sobre o evento já tinha mudado. No encontro com outras “parentes”, na passagem dos dias, ela parecia ter refletido mais a respeito do lugar das mulheres indígenas no encontro e talvez até dentro dos feminismos. Estava feliz e confiante na entrevista realizada antes da mesa-redonda da qual participaria.

As mulheres indígenas tiveram lugar de destaque, fazendo a abertura e participando do encerramento do evento, estiveram ainda em mesas-redondas, fóruns de debate, rodas de conversa, apresentações artísticas, simpósios temáticos e na tenda feminista e solidária. Estiveram também à frente da marcha, carregando a faixa de abertura ao lado de outras mulheres com outras especificidades.



Linha de frente da Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos.⁵

5 Foto de Márcia Navai para a comissão de comunicação do FG/MM. Acervo da organização do evento.

Como Samantha, mulheres negras e pessoas trans chegaram igualmente desconfiadas. Quando começaram a perceber que estariam em todos os espaços, e como protagonistas dos debates, foram passando da desconfiança à surpresa, chegando finalmente ao acolhimento e à esperança. Acostumadas a participar de encontros para mobilização social, o estranhamento veio devido ao evento, dessa vez, acontecer com a organização de feministas acadêmicas, tão voltadas aos seus estudos, teorias, objetos.

Esta parte da Carta aos Movimentos Sociais, de 18 de agosto de 2016, elaborada coletivamente e enviada a diversos grupos no Brasil e no exterior, dá o tom do que era esperado dessa construção conjunta:

A temática que norteará o encontro é **Transformações, Conexões, Deslocamentos**. Com isso, queremos dialogar com uma perspectiva mundial, valorizando as experiências de ativistas e acadêmicas do Sul, ou seja, um espaço onde se possa circular ideias, ouvir outras vozes, novas propostas, valorizar saberes, ampliar horizontes de estudo e de ativismo. Desse modo, seremos capazes de pensar e propor perspectivas inclusivas para os estudos feministas, de gênero e de mulheres, assim como possibilidades de construção feminista. Esta será uma oportunidade única de cruzar e compartilhar experiências, lutas, militâncias, pesquisas, vozes ao redor do mundo sobre questões de mulheres, feminismos e gênero.

Nosso objetivo com essa comunicação é buscar a convergência entre academia e ativismo, onde a diversidade de mentes e experiências irá colocar em debate algumas das questões mais prementes do nosso tempo. Para isso, consideramos de fundamental importância a presença dos **Movimentos Sociais** em todo o processo do evento e em toda a estrutura da programação. Nosso objetivo é que as diferentes organizações se inscrevam e apresentem trabalhos e produções nos fóruns de debate, nas oficinas, nos lançamentos de livros, nas mostras audiovisuais, performances, apresentações artísticas, entre outras modalidades que achem pertinentes, e estejam presentes como protagonistas da organização da atividade, conforme a estrutura proposta abaixo. Esta proposta está aberta a todas as possibilidades de inserção e contemplação das reivindicações dos movimentos.

Junto com a resposta positiva de ativistas e entidades diversas, foi possível a criação de um espaço de existência e de acolhimento, fazendo de um desejo, quase utópico, a realidade. É certo que em termos de transformação social isso ainda está longe de acontecer. O fato é que 48 instituições⁶ – a maior parte delas brasileiras, mas também latino-americanas e moçambicanas – estiveram

6 Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Articulación Feminista Marcosur, Associação Brasileira de Estudos em Homocultura, Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade, Blogueiras Negras, Casa da Mulher Catarina, Católicas pelo Direito de Decidir, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual da Mulher – SC, Central Unificada das Trabalhadoras do Sexo, Central Única dos Trabalhadores, CFEMEA, Coletivo Casa Nem, Coletivo Pretas em Desterro, Confederação Nacional de Educação, Coturno de Vênus, Criola, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Fórum da Mulher de Moçambique, Fórum de Educação e Relações Etnicorraciais de Santa Catarina, Grupo Acontece, Instituto Odara, Marcha das Vadias/Curitiba, Marcha das Vadias/Florianópolis, Marcha das

oficialmente presentes no evento, dando a ele uma legitimidade de propósito nessa busca da representatividade dos movimentos.

4 UM ESPAÇO DE EXISTÊNCIA (E DE RESPIRO)

Quero destacar neste ponto a participação de pessoas trans em espaços destacados do 13º Mundos de Mulheres/Fazendo Gênero 11. Em conversa com uma participante trans dos fóruns de debate, ouvi a seguinte frase:

No começo eu pensei que esse seria mais um Fazendo Gênero [entendendo o evento apenas como um encontro acadêmico], mas quando olhei melhor a programação e vi Indianara Siqueira em uma mesa, e outras figuras em lugares de destaque, alguma coisa me bateu. Eu vi que algo novo ia acontecer ali.”⁷

Um exemplo desse “algo” foi a apresentação artística aberta ao grande público que aconteceu no auditório Garapuvu, com capacidade para 1.700 pessoas. O show da quarta-feira 2 de agosto à noite, no mesmo dia da marcha, foi o da MC e funkeira Linn da Quebrada, uma artista conhecida nacionalmente, que canta o cotidiano, a sexualidade e a abjeção de pessoas como ela, que convivem diariamente com assédios e violências das mais diversas. Mas Lynn inverte e positiva a situação com letras fortes, sensualidade e bom humor.

A comissão de transidentidades participou da divulgação e da apresentação do show. Ali, um mundo apartado do lugar comum das sociedades brasileira e florianopolitana assumiu todos os espaços, trocando, compartilhando, subindo ao palco, se identificando. Foi Lino Gabriel, coordenador da comissão trans e, por verdadeira coincidência, amigo de adolescência de Linn, quem apresentou o show.

Para além desse espetáculo artístico, e também do sarau trans que aconteceu na Tenda Mundos de Mulheres, a mesa-redonda sobre transidentidades foi aquela que extrapolou todos os horários e normas do evento. Nem o espaço físico do auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC deu conta de tamanha demanda, com pessoas sentadas nos corredores e no palco, saindo pelas portas, tentando ouvir os debates e deles participar. Com ligações insistentes, a voz já afônica de Lino só pedia: “A gente precisa de mais tempo. Duas horas e meia é pouco. É muita coisa pra falar!” E lá ficaram, até saírem vencidas pelo cansaço, já no avançado das horas.

Vadias/Salvador, Marcha Mundial das Mulheres/Brasil, Marcha Mundial de Mulheres/Moçambique, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Indígenas (multiétnico), Movimento Indígena do Alto do Rio Negro, Movimento Trans-gente, MST Coordenadoria Nacional de Gênero, Ni una menos/Argentina, Portal Catarinas, Red Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género, Rede de Juventude Indígena, Rede Feminista Nacional de Saúde, Rede Mulher e Mídia, Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, SOS Corpo, Teatro da Oprimida, Themis, União Brasileira de Mulheres, União de Mulheres de São Paulo, União Nacional dos Estudantes, Via Campesina, Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust.

7 Conversa com Evelyn Gutierrez durante o Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres.

5 DE OBJETAS/ABJETAS A SUJEITAS: EMPRETECER A ACADEMIA

Entendendo, como Carla Akotirene (2019), o conceito de interseccionalidade partindo do “coação” do movimento negro, antes de ser compulsivamente apropriado pelo feminismo acadêmico e pela teoria *queer* para amplos fins, algo que me marcou pessoalmente durante o Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres foi a circulação de mulheres negras, ao lado das indígenas, em todos os espaços de uma universidade no Sul do Brasil. O passar dos dias dava cada vez mais a sensação de que, sim, aquilo estava acontecendo, então era de fato possível. Elas vinham das mais diversas origens e estiveram em destaque em todos os espaços, desde a cerimônia de abertura, quando a moçambicana Graça Samo, da Marcha Mundial de Mulheres, arrancou aplausos contínuos de uma plateia de mais de 1.700 pessoas; depois na potente conferência de abertura da caboverdeana Odete Semedo. Entre as brasileiras, Lúcia Xavier, da ONG Criola, Analba Brazão Teixeira, nossa incansável articuladora da comissão de movimentos sociais e do SOS Corpo, Nilma Lino Gomes, Cláudia Pons Cardoso, Sandra Muñoz, Marielle Franco (poucos meses antes de ser brutalmente assassinada e, com ela, uma parte de todas nós).

As mulheres negras estiveram nos fóruns de debate, nas rodas de conversa e de trocas de saberes da Tenda Mundos de Mulheres, e nas bancas de produtos de economia solidária. Foram maioria na distribuição de uma verba de apoio para participação no evento (*grants*), herdada do Women’s Worlds Congress do Canadá.

As ativistas foram privilegiadas no apoio com passagens e hospedagem, tomando lugar determinante no destino das verbas⁸, que anteriormente eram direcionadas a coordenadores/as de Simpósios Temáticos, até então apenas acadêmicos.⁹

6 MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO ACADÊMICO, MAS, ONDE?

Falar sobre a vivência do Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres não é apenas tecer elogios. Partindo da consciência acadêmica de que memória não é história e de que a grande maioria desses/as sujeitos/as está apartada das universidades, entendo que essa narrativa apresenta rachaduras e brechas para amplas críticas, controvérsias ou concordâncias. Ela chega ao papel, ou à tela do computador, permeada de emoções e visões distorcidas pelas lembranças, por desejos e pela esperança de renovação, por um outro mundo possível, mais justo, feito da reciclagem desse mesmo aqui que habitamos.

Na inversão quase bakhtiniana de mundos sociais distintos, embora tão próximos e por vezes mesclados, busco olhar para esse espaço acadêmico como ocupado e apropriado em seu território de saberes, mais do que como um lugar de fala (tocando o argumento de Ribeiro, 2017).

Nas 33 mesas-redondas – todas com elevada audiência, lotando auditórios e salas maiores – organizadas no Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres, tomaram assento 45 mulheres de movimentos sociais distintos; entre outras, havia nove mulheres negras, quatro indígenas, três agricultoras, quatro transgêneros, uma do movimento lésbico, uma representante das trabalhadoras domésticas e uma das trabalhadoras do sexo.

8 Foi aberto um edital para pessoas que precisavam de apoio para ir ao evento, com base em uma verba transferida pelo evento canadense para esse fim. Das inscritas, 23 pessoas receberam a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e outras 20 foram contempladas com a isenção da taxa de inscrição.

9 Na edição número 12 do Fazendo Gênero, em 2020, ativistas e artistas também coordenam simpósios temáticos.

As atividades das quais participaram não eram sempre específicas, e levavam mulheres trans aos fóruns sobre educação, mulheres negras, indígenas, agricultoras a ocuparem outros espaços de diálogo que não partiam de princípios identitários. Assim, cada arena de debate era enriquecida com participações irrestritas.

7 TODAS QUEREMOS CONCEIÇÃO EVARISTO

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos de uma infância perdida.
A voz de minha avó ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas albeias debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado rumo à favela.
A minha voz ainda ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha recorre todas as nossas vozes
recolhe em si as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(EVARISTO, 2017, p. 24-25)

Conceição Evaristo, inspiradora deste ensaio “escrivivido”, é uma unanimidade entre as feministas. Mulher, negra, escandalosamente ofuscante em sua presença, de tão ela e de tão nós que é.

Conceição esteve presente na edição brasileira do *Mundos de Mulheres*, arrancando suspiros, mobilizando desejos, fazendo muitas se acotovelarem na entrada do auditório onde fez sua fala. A tietagem foi forte, fazendo dela um totem ao lado do qual todas queriam sua foto. Mais do que uma exceção acadêmica e literária, essa escritora e ativista é uma meta para muitas mulheres, um exemplo que agrega e que traz a possibilidade da fala, da escrita, da presença. Conceição é a ancestralidade viva de um movimento, da encruzilhada, mais do que da interseccionalidade. Da esperança naqueles olhos profundos e tranquilos, vívidos, vividos. Se não fosse sonhar Conceição, o que mais sonharíamos? Mulheres de um Brasil negro, racializado, de vida periférica sublimada por tantas teorias e falsas falas, falácias, falas ácidas.

Ao lançar, provocativamente, sua própria candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, Conceição Evaristo colocou recentemente o “dedo na ferida” de uma cultura elitizada,

desnudando a instituição de qualquer perspectiva meritocrática, já que atualmente essa autora é, entre os/as escritores/as brasileiros/as, a que está em maior destaque. Sua provocação só comprova que as elites senhoriais, que se sustentam das relações de desigualdade, não estão dispostas a abrir seus círculos restritos para uma mulher/negra, mesmo que, em termos de qualidade, ela represente mais do que a Academia tem a oferecer. Conceição Evaristo está entre os sujeitos Outros da nossa história, aqueles que não teriam o direito de falar.¹⁰ Ainda assim, sua fala nos cala tão fundo. Ela nos representa.

8 PARA NÃO DIZER QUE EU NÃO FALEI DAS TEORIAS

Mais recentemente tenho trabalhado alguns conceitos, como sujeitos em situação de margem, sujeitos Outros da história e o “ser” periférico, para propor uma teoria em situação de margem – aquela que provoca, que se constitui o tempo todo ao ser banida ou varrida para baixo do tapete das teorias centrais que sustentam a historiografia e a produção escrita de outras tantas áreas.

O relato apresentado neste texto pode conduzir a leitora e o leitor a outros conceitos já bastante debatidos, mas que continuam sendo proveitosos para um pensamento acadêmico reflexivo e transdisciplinar. Já falei acima sobre estratégias de coalisão e a confluência de interesses dentro de pautas políticas feministas, tomando como pertinente o interesse de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2014, p. 157-142) em pensar os feminismos como um amplo espectro de atuação para o ativismo político.

Um conceito incontornável neste texto é o “mantra de três cabeças” (BOULTEDJA, 2016) – gênero, raça e classe – que Kimberlé Crenshaw (1989) sintetizou e nomeou interseccionalidade. As mulheres das quais venho falando neste ensaio são pessoas intersectadas, atravessadas pelo peso social que significa ser ao mesmo tempo negra, mulher, pobre, periférica. Vejam que começo pelo demarcador de diferença “negra” e não mulher. A grande desavença que o conceito traz na atualidade diz respeito a sua apropriação pela academia em sentido mais amplo, já que o conceito surge, de dentro do movimento de mulheres negras, como já foi dito, na emergência conjunta de outros sujeitos sociais que precisavam igualmente dele. Afinal, a descapacitação, a localização, a questão geracional e, principalmente, os não sujeitos LGBTQI+ e a teoria *queer* necessitavam debater academicamente nos termos do conceito de interseccionalidade.

A colombiana Mara Viveros Vigoya (2016, p. 5) atenta sobre a necessidade de se observar atentamente quais são as teorias que trabalham com a noção de interseccionalidade e qual uso político fazem dela, questionando até que ponto os usos da categoria abordam ou não questões de poder.

Por parte do pensamento feminista negro – nos termos de Collins (2019) –, o problema com relação a esse uso diz respeito ao esvaziamento político das mulheres negras diante de tal popularização de um conceito criado para atender às suas especificidades e a emergência e o destaque para um chamado “feminismo interseccional”, que já não diz respeito a elas necessariamente (AKOTIRENE, 2019, p. 51-52). A recepção ampla e as necessidades teóricas, ao longo destas três últimas décadas, acabaram afastando o conceito de seus sujeitos de origem, o que leva a uma necessidade constante de reiterar sua historicidade.

Uma outra questão que aparece com o relato do evento acadêmico-ativista e com o exemplo de Conceição Evaristo é a necessidade de um esforço conjunto no sentido de se descolonizar o

10 Sobre a possibilidade de uma fala subalterna, cf. Spivak, 2010.

feminismo (LUGONES, 2014), começando pelo reconhecimento de privilégios brancos e acadêmicos. Se as feministas acadêmicas têm, ou tinham, as condições para chamar um evento desse porte, foi com sua mobilização em direção aos ativismos diversos, aos movimentos sociais de mulheres e LGBTs+ que isso pôde de fato acontecer.

De acordo com Aníbal Quijano (2000), a colonialidade do poder envolve dois lados de uma mesma balança. Para que possa existir a modernidade é necessário haver subalternidade. Enquanto poucos sobem, muitos são forçados a descer e permanecer nessa posição de base, ou degrau, na escala social. O domínio econômico, político e cultural sob o qual vivemos pede a manutenção da desigualdade, nega a existência a (não)sujeitos que possam apontar caminhos dentro mesmo das diferenças. O que buscamos com a produção do *Fazendo Gênero/Mundos de Mulheres* foi justamente privilegiar as diferenças, lidando com elas no devir da coalisão e da confluência, ainda que momentânea, como resistência.

Algo que foi percebido por Quijano como relevante – gênero – foi tomado por María Lugones (2008) como estruturante, na mesma perspectiva decolonial. Para a autora, gênero está na base da dominação, na reprodução de padrões familiares, raciais, na reiteração de um modelo branco de família que reproduz as elites, que se distingue e atenta para não ser confundido. A heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003) também faz parte dessa ideologia colonial. Para Quijano, a colonialidade é o que permanece nos nossos dias das práticas coloniais mais efetivas, pois leva à manutenção da dominação, que passa a dar-se também em níveis sutis, ao se navegar pela internet, por exemplo, construindo aos poucos uma identificação com quem nos domina e dita nossos pensamentos, escolhas e ações.

Deste modo, descolonizar a teoria, empretecer a academia, é também promover abertura para que esse ciclo seja minado e comece a ruir, revertendo a força da sua própria pressão. E isso tem relação com a consciência de vida e de lugar no mundo que as mulheres negras e indígenas têm a ensinar. Quando Nilma Lino Gomes (2017) propõe que se aprenda como o movimento negro educador, é dessa trajetória que está falando, de quanto sujeitos políticos têm a contribuir com o ensino, com a academia, com toda a sociedade.

Pensar e promover uma teoria na encruzilhada epistêmica (AKOTIRENE, 2019) pode significar lidar com outros aspectos pouco comuns nos meios acadêmicos, que no entanto estão presentes e se fazem notar no sentimento de deslocamento e nos diagnosticados transtornos de ansiedade que ganham visibilidade recente nas universidades. Trazer uma teoria de acolhimento é romper com os dogmas acadêmicos de uma herança positivista e eurocêntrica que insiste em nos envolver e determinar nossas pesquisas e escritas; é praticar o “autoamor” e a proteção coletiva propostos por bell hooks (2019) ao tratar das relações positivadas entre as mulheres negras, que se apoiam e respeitam.

Termino essa escrita desacadêmica, talvez um “gesto de desobediência” (como hooks), esperando que os feminismos negros, indígenas, trans possam deseducar as velhas práticas e antigas concepções meritocráticas, que desprezam a história e sublimam essa herança colonial e de gênero. Se experimentamos a força da coalisão, sabemos que os feminismos podem ser, quando acionados em conjunto, um potente instrumento de transformação, um lugar para todas/os, de acolhimento e de vivência mais igualitária. Afinal, a quem servirão as teorias, se não servirem às vivências e à transformação social?

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- BIROLI, Flávia M.; MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014
- BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Caderno de Gênero e Diversidade*, v.2, n.2, jul./dez. 2016.
- BUTLER, Judith [1990]. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of anti-discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law - theory, practice and criticism*, Chicago, v. 1989, p. 139-167.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3 ed. São Paulo: Malê, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011.
- hooks, bell. (1984). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá/Colombia, n.9: 73-101, julio-diciembre 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v.22, n.3, set./dez. 2014, p. 935-952.
- QUIJANO, Aníbal (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- SNYDER, Cara, VEIGA, Ana Maria & WOLFF, Cristina Schiebe (2018) “América Latina Vai Ser Toda Feminista”: Visualizing & Realizing Transnational Feminisms in the Women’s Worlds March for Rights. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, n.14, 10.5399/uo/ada.2018.14.2. Disponível em <https://adanewmedia.org/2018/11/issue14-snyderveigawolff/>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, n.52, 2016, p. 1-17. Universidad Nacional Autónoma de México.